

## ARQUITETURA HOSTIL: CIDADE PARA QUEM?

Valéria Ferraz Severini  
Professora do Curso de Pós-Graduação em Hospitalidade e do Curso de Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi  
[valeria.severini@anhembi.br](mailto:valeria.severini@anhembi.br)

Gabriela Parreira Nunes  
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhembi Morumbi e aluna de Iniciação  
Científica [gabrielaparreira.n@gmail.com](mailto:gabrielaparreira.n@gmail.com)

### Resumo

O espaço público é o espaço de excelência na arte do convívio. Seus elementos físicos e sua configuração espacial ganham uma dimensão importante, pois estão intimamente ligados à forma como a cidade mostra (ou não) sua capacidade de acolher e bem receber. Este artigo tem o objetivo de abordar os conceitos de hostilidade sob uma perspectiva urbana e iniciar as discussões acerca da arquitetura hostil – um tipo de método específico de desenho urbano que (de)limita, afasta e segrega pessoas, influenciando o convívio na cidade e desencorajando determinados grupos sociais a utilizar e a permanecer no espaço público. Para tanto, propõe-se registrar e analisar dispositivos da arquitetura hostil localizados no distrito da Sé, em São Paulo, em especial na área do Triângulo Histórico. Esta é uma pesquisa de ordem aplicada, na qual se utiliza o método exploratório descritivo.

**Palavras-chave:** arquitetura hostil; hospitalidade; desenho urbano; espaço público; turismo.

### Abstract

The public space is the space of excellence in the art of socializing. Its physical elements and its spatial configuration gain an important dimension, as they are intimately linked to the way in which the city shows (or not) its capacity to receive and welcome. This article aims to address the concepts of hostility from an urban perspective and initiate discussions about hostile architecture - a type of specific method of urban design that (de)limits, separates and segregates people, influencing the coexistence in the city and discouraging certain social groups to use and remain in public space. Therefore, it is proposed to register and analyze hostile architectural devices located in the Sé district, in São Paulo, especially in the Historic Triangle area. This is an applied order research, in which the descriptive exploratory method is used.

**Keywords:** hostile architecture; hospitality; urban design; public place; tourism.

## Introdução

Numa relação de cheios e vazios, o espaço público é o espaço vazio, formado por praças, áreas verdes, ruas, calçadas, largos e bulevares, em oposição aos espaços cheios, representados pelas construções como as casas, edifícios, galpões etc. Juntos, esses dois tipos de espaços dão ritmo à cidade. O espaço público é, portanto, uma parte elementar de nossas cidades. Nele, as pessoas transitam, exercitam-se, manifestam-se e se encontram; o turista tem suas primeiras impressões sobre a cidade, e o visitante caminha pelas calçadas, circula pelas ruas, lê as placas de comunicação visual implantadas junto aos semáforos e utiliza o transporte público. Ademais, é nesse espaço que, infelizmente, inúmeras pessoas moram. Para muitos, as calçadas, os recuos laterais de edifícios públicos, os baixios de viadutos ou os bancos públicos são a solução encontrada, ainda que temporária, de moradia. Segundo dados da Rede Nossa São Paulo<sup>1</sup>, cerca de 30 mil moradores encontram-se em situação de rua só na capital paulista.

O tema é tão relevante que, em 2015, foi elaborado pelo Governo Federal, por meio do Ministério Público, um Guia de Atuação Ministerial em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua - CNMP, 2015. O documento apresenta dados e aborda o tema sob o ponto de vista social, legal e jurídico. Existem várias formas de abordar o assunto, uma vez que o tema é difícil de ser trabalhado e exige uma multiplicidade de profissionais envolvidos. O presente artigo procura abordar o tema do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, mostrando que a configuração urbana e espacial de nossas cidades também é uma forma de acolhimento. Isso porque os elementos físicos do espaço público estão intimamente ligados à forma como ele mostra sua capacidade de acolher e bem receber. Para Ferraz (2013), diferentemente do que acontece nas outras esferas (ou domínios) da hospitalidade<sup>2</sup>, na hospitalidade urbana, o espaço eleito para sediar as relações sociais entre hóspede e anfitrião não é privado, mas sim público. Isso faz toda a diferença e torna tudo mais complexo. A figura do anfitrião, por exemplo, é compartilhada pelo gestor público e pelo próprio morador, ao passo que o hóspede divide a posição com o turista.

Segundo Severini (2013), a sensação de hospitalidade urbana decorre de um somatório de sensações derivadas de atributos intangíveis e tangíveis. Estes últimos estão fortemente ligados a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/+se/populacao-em-situacaode-rua>. Acesso em 22/11/21

<sup>2</sup> Este estudo adota a classificação de Camargo (2003), que entende que a hospitalidade como instância social desenvolvida em quatro categorias: doméstica, pública, comercial e virtual. A hospitalidade urbana é derivada da hospitalidade pública.

intervenções físicas que qualificam o espaço público, incentivando a troca e o convívio. A largura das calçadas, a pavimentação das ruas, a arborização e a sinalização viárias, a diversidade de usos, a fruição pública, a manutenção e a conservação de edifícios de valor patrimonial são exemplos de como a configuração espacial da cidade pode contribuir para a sua condição hospitaleira (SEVERINI; VARGAS, 2017). No entanto, quando a cidade opta por um outro tipo de desenho urbano, o resultado pode ter efeito contrário e trazer sensações de hostilidade.

A “arquitetura hostil” remete a um método específico de desenho urbano que (de)limita, e afasta pessoas, influenciando os comportamentos sociais numa cidade. Certos dispositivos físicos, instalados no espaço público, segregam e restringem encontros. Como exemplo desse tipo de arquitetura, podem-se citar o tamanho e o formato dos bancos, as pontas de ferro implantadas nos parapeitos de edifícios públicos, as pedras instaladas sob os viadutos e os alambrados cercando fontes e chafarizes. Ainda que tais espaços sejam cercados, quase sempre se esquece de perguntar a quem eles pertencem. Em outras palavras, o espaço público é, por natureza, um lugar comum a todos, aberto ao público, que não exige reservas ou horário de funcionamento. Seu papel é determinante na sociedade urbana, pois se configura como um local de trocas entre os mais variados grupos que compõem a comunidade.

Além disso, a arquitetura hostil se faz presente de outras maneiras e não afeta apenas moradores em situação de rua. Certos tipos de interface instalados nas divisas dos lotes (entre espaço público e espaço privado) também contribuem para a sensação de hostilidade.

Os muros altos, opacos e dotados de cercas elétricas instalados com certa frequência em condomínios de uso residencial transformam o caminhar nas calçadas em um momento tenso e de aflição. Se, de um lado, os proprietários do condomínio se sentem seguros e protegidos, de outro, os pedestres sentem-se angustiados e malvistas, como se andar no espaço público fosse uma coisa proibida (FERRAZ, 2013).

A justificativa dada por muitos gestores públicos e pela própria sociedade para implementar esse tipo de intervenção é a de “evitar a presença de pessoas indesejadas”, pois acredita-se que tal atitude previne a marginalidade. No entanto, isso não é verdade; essas medidas não trazem soluções efetivas, são paliativas e acabam por gerar mais violência nas cidades. Jacobs (2000) foi uma das autoras que mais conseguiu descrever as relações interpessoais entre espaço urbano e seus habitantes. Para a jornalista, a cidade tem de ter “olhos para a rua”, ou seja, as edificações precisam ter algum tipo de interação, inclusive física, com a rua e calçada. A falta de diversidade ou o uso monofuncional de alguns trechos urbanos só agrava a situação. Afinal, o movimento de gente nas

ruas e calçadas é o que traz a sensação de segurança, e não as ruas desertas e tranquilas (JACOBS, 2000).

Defendendo a “activity as attraction” (a atividade como atração) e que pessoas são atraídas por outras pessoas, Gehl (2012, p. 25) afirma que a concentração delas, seja nos edifícios, seja nos centros cívicos ou áreas de lazer, é sempre positiva. Tal opinião é compartilhada também por Hillier (1996), que preconiza que o movimento também é derivado de um tipo de malha urbana mais permeável e indutor de uma multiplicidade de usos.

Entretanto, a falta de diversidade é justamente o que afeta boa parte dos centros das grandes cidades brasileiras. Dinâmicos e cheios de “vida” durante o dia, no horário comercial, eles ficam “vazios” no período noturno, quando os estabelecimentos e os escritórios encerram seus expedientes. E é nesses lugares que muitas pessoas em situação de rua acabam passando a noite, isto é, a parte da população mais vulnerável, muitas vezes marginalizada e “esquecida” pelo poder público e pela própria sociedade civil. Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que compartilham a condição de pobreza absoluta, os vínculos interrompidos ou fragilizados e a falta de habitação convencional regular. Por isso, elas são compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.

Diante dessa problemática, tem-se como objetivo central iniciar as discussões acerca da arquitetura hostil e dos conceitos sobre hostilidade, a partir da perspectiva urbana. Busca-se ainda registrar e analisar dispositivos da arquitetura hostil que delimitam os espaços, restringindo comportamentos e interferindo na sensação de hospitalidade (urbana). Toma-se como recorte espacial um dos bairros da região central da capital paulista, mais especificamente a região do Triângulo Histórico situada no distrito da Sé. Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa e quanto aos objetivos, exploratória-descritiva.

O artigo foi estruturado em quatro partes. O primeiro item, Hostilidade a partir da perspectiva urbana: um ensaio, traz o referencial teórico, por meio de elementos que buscam embasar a discussão sobre o tema proposto por meio de visões sobre a etimologia da palavra hospitalidade, sua relação com as religiões e mitos, com as regras da hospitalidade e com o espaço público. O segundo item, Ruas do Triângulo Histórico: morfologia e exclusão, é apresentado o recorte espacial do trabalho a partir das transformações do território ao longo do século XX e suas formas de acolhimento e exclusão. Em seguida, no item 3, Métodos, são apresentados os métodos

utilizados na pesquisa, as fichas cadastrais que serviram de base para a coleta de dados nas vistorias de campo, assim como os atributos espaciais de hospitalidade urbana. Posteriormente, no item 4, Dispositivos da arquitetura hostil e elementos urbanos hostis no Centro de São Paulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo.

## **1 Hostilidade sob a perspectiva urbana: um ensaio**

A terminologia da palavra hospitalidade remete à dualidade e revela as complexas relações entre hospitalidade/hostilidade. De acordo com Benveniste (1995), o termo deriva de *hospes*, em latim, um antigo composto de palavras traduzido em um fato social, cujo significado é “senhor do hóspede”. Desdobra-se, ainda, em outros termos, como *hospitalis* e, em seguida, *hospitalitas*, que, na visão de Grassi (2011, p. 45), podem ser entendidos como “um gesto de acolhida” e/ou “de hospedagem gratuita”, numa tentativa de equiparar o mundo exterior ao interior, ou seja, aquele que é estranho, estrangeiro, é acolhido e recebido por quem está no interior. Para a autora (2011), *hostis*, ao ser admitido em determinado espaço geográfico, adentra um território (físico), passa pela “soleira” e se iguala aos *hospes*. Supõe-se, portanto, que o hóspede foi autorizado ou convidado, está protegido pelo seu anfitrião, bem como integrado àquele círculo social, uma vez que um dos ritos fundamentais da hospitalidade se estabelece na partilha dos alimentos (GRASSI, 2011). Seu *status* de hóspede se mantém apenas se estiver delimitado a um espaço e a um tempo; caso contrário, ele passa a fazer parte daquela comunidade, na condição de novo membro. Para tanto, como bem salienta Pitt-Rivers (1977), é preciso passar pelo rito de iniciação/incorporação, ou seja, uma ocasião em que os forasteiros devem provar que merecem tal alteração de *status*.

Vale mencionar que o hóspede (ou estrangeiro) pode ter de ultrapassar mais de uma barreira. Além da física ou territorial, ele precisa ultrapassar barreiras simbólicas ou psíquicas. Binet-Montandon (2011, p. 1173) cita as cerimônias de acolhida dos recém-naturalizados nos salões nobres das prefeituras da França, que veiculam uma carga simbólica particular, visto que, sob uma forma redundante, elas colocam em cena as práticas de integração dos estrangeiros numa nova comunidade que os recebe. Soberano, o Estado decide sobre o acolhimento ou a rejeição. Dessa decisão nasce a tensão entre o direito de residência (um gesto hospitaleiro) ou a deportação (um gesto de hostilidade).

Para Rameh (2021, p. 161),

[...] a hospitalidade encontra-se num extremo no *continuum*, polo positivo, marcado pelo acolhimento que leva à criação e fortalecimento de vínculos, alimentados pelo círculo da dádiva, enquanto a hostilidade situa-se no outro extremo, polo negativo, provocado pelo desrespeito às leis não escritas de bom relacionamento, que gera conflitos, chegando a causar rupturas nas relações.

É comum encontrar na literatura a hospitalidade como uma “lei religiosa” que determina – ou ordena – que o homem ame, alimente e vista o estrangeiro, como se estivesse hospedando Deus. Contudo, a obrigação de hospedar deve se estender até mesmo aos inimigos. Logo, cria-se uma “desconfiança”, que não é exclusividade do anfitrião, afinal ambos estão expostos: anfitrião e hóspede “correm perigo” por estarem dividindo o mesmo espaço. Nesse sentido, *hostis*, em latim, significa hóspede e inimigo (GOTMAN, 2019). Ademais, a literatura alude a outra categoria de hóspedes, referente àquela dos viajantes sagrados. Trata-se dos peregrinos da Bíblia e das Grandes Religiões (TOMILLO NOGUERO, 2019). Nesse caso, a hospitalidade era fruto de caridade e deveria beneficiar a todos. Mais uma vez, ao hospedar o próximo, hospeda-se Deus. Nesse caso, havia também a reciprocidade, pois o ato de hospedar era a garantia de um lugar na morada eterna. Quem não oferecia hospitalidade estava sujeito a castigos severos e à hostilidade de Deus, principalmente no Velho Testamento. Vale lembrar a punição do casal original, que foi expulso do paraíso pela ousadia de experimentar o fruto proibido da árvore do conhecimento. Assim, Deus impõe aos homens provações de hospitalidade e pode ser bem hostil. No exemplo clássico da Odisseia, a hospitalidade aparece como lei de inspiração divina e tradição humana desafiadora. Essencialmente relacionada às viagens, suas regras são retratadas concretamente, bem como os contratemplos causados pela falta de hospitalidade dos moradores. Aqui a hostilidade também é retratada por meio de castigos e punições severas (CAMARGO, 2021).

Sob a perspectiva urbana, a hostilidade pode ser percebida em alguns lugares onde o turismo é massificado, por exemplo, em Barcelona, na Espanha. De acordo com Soares Oliveira, Neves, Netto e Severini (2021), entre cartazes e pichações, frases como “Barcelona no está en venda” ou “El turismo mata los barrios”, mostram hostilidade em relação aos turistas. As fotos a seguir ilustram a indignação de quem perdeu o direito de viver na cidade em que reside. Dito de outro modo, expressões como “Tourist go home”, ou “All tourists are bastards”, criam uma atmosfera hostil e sugerem que os turistas não são bem-vindos.

Figuras 1 e 2: Exemplos de hostilidade urbana em Barcelona, Espanha



Fonte: Notícia publicada no site do Jornal *El País* (2017).

Desse modo, o turismo de massa tomou proporções tão grandes que a população passou a hostilizar os visitantes. O documentário *Bye Bye Barcelona*, pioneiro e com vasta repercussão na mídia, dá voz aos verdadeiros anfitriões das cidades: os moradores. Por meio de depoimento de líderes de associações de moradores, escritores, professores, artistas e comerciantes, a problemática do “overturism” é denunciada. Ademais, são mostradas as fragilidades do setor turístico, desconstruindo o modelo de sucesso do turismo de Barcelona (RAMOS, 2021).

Se, desde o início, a hospitalidade evoca a arte de receber, essa arte é inseparável de uma regra: o tempo da permanência. Em outras palavras, questiona-se quanto tempo deve durar a estadia para que as relações sociais entre anfitrião e hóspede permaneçam sadias. Segundo Tomillo Noguero (2019, p. 71), “a hospitalidade descrita nas Sagradas Escrituras não deveria prolongar-se por mais de três dias”. Em alguns casos, o hóspede virava um fardo, uma despesa onerosa para o anfitrião, visto que todos os “benefícios” da hospitalidade eram gratuitos, incluindo o banquete servido na primeira noite da acolhida, bem como a comida e a bebida ofertadas ao hóspede para seguir viagem de forma segura.

Trazendo essa discussão para a cidade e para os dias atuais, emergem as seguintes questões: o espaço público é um lugar de permanência? Será esse o motivo de tanta hostilidade aos moradores em situação de rua? De acordo com o CNMP (2015, p. 8),

Quanto ao tempo de permanência na situação de rua, 48,8% dessa população estava há mais de dois anos dormindo nas ruas ou em serviços de acolhimento, e 60% dos entrevistados apresentavam histórico de internação e/ou institucionalização em uma ou mais instituições, como abrigo institucional, orfanato, casa de detenção e hospital psiquiátrico. Os dados indicaram, ainda, que apenas 10% das pessoas em situação de rua estavam acompanhadas de algum familiar. É importante ressaltar que, em geral, quanto maior o tempo de permanência na rua, maior poderá ser o distanciamento dos vínculos familiares originais, a dificuldade em resgatá-los ou a tendência de substituí-los.

Isso posto, cabe a reflexão acerca das razões que levam as pessoas a morar na rua. Segundo dados do CNMP (2015), dentre os principais motivos que podem levar a essa situação, destacam-se: desemprego, ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental. Assim, um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é a população em situação de rua, que não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia. Isso porque a ocupação do solo urbano se baseia na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra. Partindo dessa premissa, é preciso questionar se não se trata de um tipo de hostilidade a partir da perspectiva urbana.

## 2 Triângulo histórico: morfologia e exclusão

Área ocupada pelas ordens Beneditina, Franciscana e do Carmo, as ruas do triângulo histórico remontam à origem da cidade de São Paulo (1554) e simbolizam um legado de transformações físicas, sociais e econômicas refletidas em sua morfologia. A região estudada, conhecida também como “Centro Velho”, conheceu seu apogeu econômico, com a ascensão da economia cafeeira, somente no final do século XIX, o que alterou significativamente seu quadro urbano. As ruas da região, antes compostas de um casario de gabarito baixo e de calçadas estreitas, ocupadas por vendedores, passantes e comerciantes (Ver Figura 3), passaram a sediar edificações maiores e mais equipadas abrigando um comércio mais pujante e diversificado (Ver Figura 4).

Figuras 3 e 4: Mudanças significativas no cenário da capital paulista na segunda metade do século XIX



Fonte: Garoa Histórica (2015)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Fotos de Militão Augusto de Azevedo. Disponível em: <http://gaoahistorica.blogspot.com/2015/01/rua-xvde-novembro.html>. Acesso em: 21/11/21.

Segundo Rolnik (2009), o anseio de europeizar a capital paulista significou a redefinição do tipo de ocupação do solo do Triângulo Histórico. O Código de Posturas Municipal, regulamentado em 1886, tinha a intenção de padronizar e homogeneizar as ruas do centro, além de estabelecer diretrizes urbanísticas, como largura e alinhamento das vias e controle de atividades e usos urbanos.

Na década de 1930, quando a capital atingiu a marca de 1 milhão de habitantes, o Centro Velho passou por outras grandes transformações; os antigos prédios deram lugar a edifícios bem mais altos e imponentes, entre eles: o Edifício Martinelli (Figura 5), o Edifício Altino Arantes (Figura 6) e o Edifício Matarazzo (atual sede da Prefeitura de São Paulo). O rápido e intenso crescimento da cidade levou à elaboração do “Plano de Avenidas de Prestes Maia”, cuja intenção era, de modo geral, a expansão urbana por meio da abertura de ruas para o automóvel, através das vias radioconcêntricas, com vistas à verticalização e ao adensamento. Contudo, devido à sua estreita malha urbana, as ruas do Centro Velho não comportavam o fluxo intenso dos automóveis e, conseqüentemente, acabaram perdendo competitividade e atratividade. Nessa época, iniciou-se um processo de segregação urbana e desigualdade espacial mais intenso no setor sudoeste da cidade (VILLAÇA, 2011).

Figuras 5 e 6: Edifícios Martinelli e Edifício Altino Arantes (Farol Santander)



Fontes: Autoras (2021).

Quarenta anos mais tarde, novas intervenções transformam o cenário urbano da região central, entre elas a implantação no Metrô (1974) e novos terminais de ônibus, como os Terminais Bandeira (1969) e Parque Dom Pedro II (1967). Para mitigar a monofuncionalidade, foi criada a Operação Urbana Centro (OU), em 1997, por meio da Lei nº 12.349. A ideia foi atrair investimentos imobiliários, turísticos e culturais com intuito de reverter o processo de deterioração da região. Mediante contrapartida financeira, essa OU estabeleceu incentivos à produção de novas edificações

e à regularização de imóveis (NOBRE, 2019). De certa forma, ela foi bem-sucedida, uma vez que vários edifícios passaram a abrigar setores da Prefeitura Municipal do Município de São Paulo, do Metrô e da CPTM, por exemplo. No entanto, apesar das condições especiais para a transferência de potencial construtivo de imóveis de interesse histórico, o tombamento dos edifícios da região dificultou um possível processo de renovação da região. Todas essas ações ainda não foram capazes de trazer a antiga atratividade do Centro Velho, e a vitalidade percebida durante o dia, não é vista durante a noite.

Muitos são os fatores de degradação ou abandono do Centro Velho, e isso não é exclusividade de São Paulo. Em várias cidades brasileiras, esse cenário se repete: os “vazios” acabam sendo ocupados. De acordo com a Rede Nossa São Paulo, em 2015, o Distrito da Sé tinha cerca de 1311 indivíduos em situação de rua.

Figuras 7 e 8: Moradores em situação de rua no triângulo histórico, em São Paulo



Fonte: Autoras (2021).

A pesquisa de 2015 do CNMP (2015) revela que a maior parte dessas pessoas é proveniente de áreas urbanas (72%), seja do mesmo local onde se encontram, seja de regiões próximas. Isso mostra que o êxodo rural não é mais expressivo nesse contexto, o que não é novidade. Pelo contrário, é uma prova de que ainda não se sabe lidar com esse problema, no sentido de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

### 3 Metodologia

Quanto à abordagem, a presente pesquisa é qualitativa. Considerando a relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real, esse tipo de pesquisa compreende que há um vínculo indissociável

entre a subjetividade do sujeito e o mundo objetivo, e isso não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são a sua base, e o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados. Ademais, o pesquisador é o instrumento-chave, e o processo e seu significado são os focos principais dessa abordagem (CRESWELL, 2010).

Já no que concerne aos objetivos, esta pesquisa é exploratória-descritiva: exploratória porque proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito; descritiva porque descreve as características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008). As pesquisas exploratórias-descritivas visam à exploração do tema, bem como à descrição de grupos e fenômenos e são realizadas em áreas com poucos estudos publicados (VERGARA, 1997).

Como técnicas de pesquisa, adotaram-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a observação participante. Além disso, utilizaram-se fichas cadastrais para facilitar as visitas de campo e realizaram-se registros fotográficos. O recorte espacial é a região conhecida como Triângulo Histórico, no Distrito da Sé, na cidade de São Paulo.

A escassez de material bibliográfico acerca da hostilidade sob a perspectiva urbana levou as autoras à pesquisa de campo. Num primeiro momento, foram identificados e registrados dispositivos físicos instalados no espaço público (ou no alinhamento do espaço privado com o espaço público) capazes de impedir ou dificultar o usufruto ou a permanência das pessoas no espaço da cidade. De posse de fichas cadastrais, previamente elaboradas, foram realizadas 2 (duas) vistorias nos meses de setembro e outubro de 2021. A figura abaixo (Figura 9) exemplifica uma das fichas cadastrais elaboradas para guiar a pesquisa de campo. O registro desses dispositivos foi essencial para a compreensão das características físicas desses elementos e de seu funcionamento. Foram encontrados 17 dispositivos da arquitetura hostil.

Figura 9: Ficha cadastral com dados pertinentes para obtenção de dispositivos da arquitetura hostil



FICHA CADASTRAL – VISTORIA	
<b>Data:</b> 30/10/2021	
<b>Registro/Local:</b> Centro Histórico, Sítio	
<b>Endereço:</b> Praça Pátio do Colégio	
<b>Referência:</b> Pátio do Colégio	
<b>DISPOSITIVO: ARQUITETURA HOSTIL</b>	
<b>Local:</b> janela lateral	
<b>Tipo:</b> grade em ferro	
<b>Características do dispositivo:</b> grade que impede a aproximação à janela da edificação.	
<b>Materiais:</b> grade	
<b>Dimensões:</b> variáveis	
<b>Quantidade:</b> 1	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	

Fonte: Autoras (2021).

Uma vez que as vistorias não foram suficientes para compreender a hostilidade do lugar, as pesquisadoras decidiram percorrer outros caminhos. Diante disso, partiram em busca de estudos já realizados sobre a hospitalidade urbana. A ideia foi identificar elementos urbanos contrários aos propostos pelo ideal de cidade hospitaleira. Foi utilizado o trabalho de Ferraz (2013), que associou a hospitalidade urbana à implantação de qualidades urbanísticas relacionadas à *diversidade*, à *permeabilidade*, à *legibilidade* e ao *conforto* (ver Quadro 1).

Quadro 1: Atributos espaciais de hospitalidade urbana

ATRIBUTOS ESPACIAIS DE HOSPITALIDADE URBANA	
<b>DIVERSIDADE</b>	Estimular a mistura de usos e atividades urbanas (residências, comércio, indústria e serviços) e a variedade de espaços públicos propriamente ditos (praças, parques, calçadões e largos).
<b>PERMEABILIDADE</b>	Encorajar a capacidade de um lugar se tornar permeável, no sentido físico, por meio de quadras curtas e/ou ruas internas em edifícios e, no sentido visual, por meio de elementos de transparência e de visibilidade.
<b>LEGIBILIDADE</b>	Incentivar a manutenção de elementos visuais referenciais para a paisagem urbana (edifícios históricos, monumentos e marcos).
<b>CONFORTO</b>	Implementar elementos arquitetônicos e paisagísticos capazes de garantir ao hóspede a sensação de que está em sua própria “casa” (mobiliário urbano, arborização viária e calçadas largas e bem pavimentadas).

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Severini (2016).

Denominadas atributos espaciais de hospitalidade urbana pela autora, essas qualidades são capazes de evidenciar aspectos urbanos responsáveis pela geração de bem-estar e pela sensação de

acolhimento no espaço público. Além disso, podem ser implementados pelo gestor público, que assume o papel de anfitrião (SEVERINI, 2016).

Dessa forma, uma nova vistoria foi realizada em novembro de 2021. Para facilitar a busca, fez-se uma pesquisa prévia no “Mapa Digital da Cidade de São Paulo”. Disponível na *web*, o GeoSampa é um portal aberto que integra milhares de dados georreferenciados da cidade de São Paulo (Ver Figura 8). Esses dados são apresentados como “camadas” (ou *layers*) que podem ser ligadas e visualizadas sobre o mapa, tais como: foto aérea, zoneamento e bens protegidos. Isso facilitou a pesquisa de campo, uma vez que direcionou as autoras para o local exato, por exemplo, o das esculturas e bens tombados, relacionados ao atributo legibilidade.

Figura 10: Base da cidade de São Paulo com os layers “foto aérea - 2017” e “Bens Protegidos” ligados da área de estudo



Fonte: GeoSampa (2021).

#### 4 Dispositivos da arquitetura hostil e elementos urbanos hostis no centro de São Paulo

Por meio das vistorias, foram identificadas estratégias de desenho urbano capazes evidenciar processos de exclusão ou de acolhimento. Quanto ao processo de exclusão, faz-se necessário entender os dispositivos da arquitetura hostil. Para tanto, foram identificados e catalogados 17 dispositivos da arquitetura hostil nas fichas cadastrais. A fim de facilitar a análise dos dados, criaram-se 5 (cinco) categorias de análise desses dispositivos.

A categoria A remete ao tipo de dispositivo que visa a impedir a permanência e/ou aproximação de pessoas na frente dos estabelecimentos comerciais em toda a extensão da fachada. Esses dispositivos consistem em “barras de ferro” instaladas nas soleiras ou nos parapeitos de

edifícios comerciais (ou públicos). A altura e o formato são variados, conforme se verifica nas fotos a seguir:

Figuras 11, 12 e 13: Categoria A de dispositivos da arquitetura hostil



Fonte: Autoras (2021).

Essa categoria de dispositivos foi encontrada principalmente nas ruas XV de novembro e no entorno da Praça da Sé.

Já a categoria B remete a outro tipo de dispositivo, o das “grades de ferro”, instaladas normalmente junto ao patrimônio público, como fontes, estátuas ou monumentos. Isso impede que as pessoas se aproximem desses equipamentos, embora eles sejam, em tese, de usufruto público. As fontes públicas ou chafarizes, por exemplo, foram criadas para fornecer água potável para seus habitantes, mas, nos dias atuais, podem servir de lazer para crianças e adultos em dias de calor. Essa categoria de dispositivos foi encontrada nos espaços públicos mais amplos, como no Largo do Café, no Pátio do Colégio e na Praça da Sé.

Figuras 14 e 15: Categoria B de dispositivos da arquitetura hostil



Fonte: Autoras (2021).

Assim como a categoria A, a categoria C refere-se a um tipo de dispositivo cuja intenção é impedir a permanência de pessoas nos edifícios públicos. A diferença é que, neste caso, os dispositivos são instalados em janelas. Ou seja, as “barras de ferro” visam a impedir que pessoas permaneçam próximas aos edifícios para espiar o que está acontecendo dentro dos estabelecimentos públicos. Tais tipos foram encontrados no Pátio do Colégio e na Rua Libero Badaró.

Figuras 16 e 17: Categoria C de dispositivos da arquitetura hostil



Fonte: Autoras (2021).

A categoria D concerne a um dispositivo instalado para impedir o acesso de pessoas a nichos naturais formados entre as edificações e o espaço público. Normalmente, eles são formados em edifícios públicos implementados junto a calçadas, como a Igreja da Sé (Ver Figuras 18 e 19) e o prédio do Tribunal de Justiça (Ver Figura 20).

Figuras 18, 19 e 20: Categoria D de dispositivos da arquitetura hostil.



Fonte: Autoras (2021).

Por fim, a categoria E detém um tipo de dispositivo da arquitetura hostil que impede que as pessoas se aproximem de jardins e floreiras situados na região. Além disso, o ato de sentar nessas muretas expõe a carência de mobiliário urbano na região. Isso é percebido, por exemplo, nas floreiras da Avenida São João, próximas ao Largo do Café.

Figuras 21 e 22: Categoria D de dispositivos da arquitetura hostil.



Fonte: Autoras (2021).

A literatura sobre hospitalidade urbana apenas reforçou o modo como certas qualidades urbanísticas são capazes de garantir (ou não) a sensação de hospitalidade e gerar sensações bem-estar. Nesse sentido, observaram-se elementos urbanos que apontam justamente o oposto. Pode-se citar aqui a falta de diversidade de usos e de atividades urbanas em todo o perímetro analisado (situação que se repete em outros centros urbanos do país, como já mencionado). Do ponto de vista da permeabilidade, percebe-se que a região é bem conectada, o que facilita seus acessos. A própria configuração das ruas (a malha viária) mostra que o local apresenta boa permeabilidade, pois as ruas têm boas conexões. Contudo, do ponto de vista da permeabilidade visual isso não ocorre, o que confirma sua hostilidade. Isso acontece não só durante a noite, quando o comércio não está funcionando, e as portas de aço de enrolar se fecham, mas também de dia, uma vez que vários estabelecimentos faliram por conta da pandemia. As figuras a seguir mostram situações de falta de permeabilidade visual em todo o trecho analisado.

Figuras 23, 24 e 25: Falta de permeabilidade visual.



Fonte: Autoras (2021).

Apesar da presença de notáveis edificações (dado que pode ser obtido no GeoSampa e confirmado nas vistorias), algumas tombadas pelo patrimônio histórico, como o Edifício Martinelli, a legibilidade do local, por vezes, está comprometida em função dos dispositivos da arquitetura hostil. As grades de ferro instaladas junto aos ícones e marcos comprometem a paisagem urbana e atrapalham a leitura da cidade. Já do ponto de vista do conforto, tem-se situações distintas: o piso do calçadão confirma a hostilidade do lugar, pois os buracos e a falta de manutenção comprometem o caminhar nas ruas do distrito. Porém, novos bancos para sentar-se (sem nenhum tipo de barreira para as pessoas descansarem), implantados recentemente no Largo do Café e no novo Vale do Anhangabaú, mostram acolhimento e hospitalidade.

Figuras 26 e 27: Hospitalidade urbana: bancos para sentar sem nenhum tipo de barreira.



Fonte: Autoras (2021).

## Considerações Finais

Esta pesquisa procurou iniciar as discussões acerca da arquitetura hostil – um tipo de estratégia de desenho urbano que tem a nítida intenção de controle social por meio do *design*, a fim de inibir a presença e a permanência de determinados grupos de pessoas no espaço público. Se uma cidade almeja ser hospitaleira, ela não pode restringir o acesso das pessoas ao espaço urbano da recepção. Pelo contrário, deve qualificar o espaço público de tal forma que todos, sem exceção, possam usufruir dele.

A intenção desse estudo, contudo, não é transformar o espaço público numa grande sala de estar ou convidar todos a morar nas ruas; o espaço público não é lugar de moradia, nem foi feito para isso. Todavia, não se pode ignorar um problema tão recorrente, tampouco permitir a instalação de dispositivos de arquitetura hostil em nossas cidades, pois isso é desumano.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Instituições Religiosas se destacam nos serviços de amparo a essas pessoas, atuando na distribuição de alimentos, roupas e cobertores. Outro trabalho de assistência são os abrigos temporários e os albergues públicos, ainda que, de modo geral, sejam considerados insuficientes para suprir a demanda dessa população. Parte-se, portanto, do pressuposto de que as políticas públicas devem assumir o protagonismo nesse processo. Ademais, cabe à sociedade cobrar ações efetivas no combate à hostilidade na perspectiva urbana. O modo como as políticas públicas de desenvolvimento urbano podem contribuir para tornar as cidades menos hostis e mais hospitaleiras é uma questão que emerge dessa discussão, e será discutida em estudo posterior.

## Referências

BENVENISTE, É. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Volume I: Economia, parentesco, sociedade. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 87-101.

BINET-MONTANDON, C. Acolhida. Uma construção do vínculo social. In: MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: Senac, 2011. p. 1171-1184.

CAMARGO, L.O.L. As leis da hospitalidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTUR**, São Paulo, 15(2), e-2112, maio/ago, 2021.

CAMARGO, L. O de. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CAMARGO, L. O. de L. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti, Bueno, Marielys Siqueira (Orgs). **Hospitalidade: Cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Brasília: CNMP, 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3.ed. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERRAZ, V. de S. **Hospitalidade urbana em grandes cidades. São Paulo em foco**. 2013. p. 305 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GEHL, J. **Cities for People**. Washington, DC: Island Press, 2009.

GOTMAN, A. Hospitalidade em sentido próprio e figurado. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, volume 16, n.03, p. 160-174, 2019.

GRASSI, M.-C. Hospitalidade: Transpor a soleira. In: MONTANDON, A. (org.). **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Senac, 2011. p. 45-53.

HILLIER, B. **Cities as movement economies in Space is the machine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LASHLEY, C. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, C.; MORISON, A. (org). **Em busca da hospitalidade. Perspectivas para um mundo globalizado**. São Paulo: Manole, 2004. p. 1-24.

MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade**. São Paulo: SENAC, 2011.

NOBRE, E. A. C. **Do plano diretor às operações urbanas consorciadas: a ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano**. São Paulo: Annablume, 2019.

PAIVA, R. Turismo, produção e consumo do espaço. In: VARGAS, H. C.; PAIVA, R. (Orgs.). **Turismo, arquitetura e cidade**. Barueri, SP: Manole, 2016. p. 33 - 53.

PITT-RIVERS, J. The law of hospitality. HAU: **Journal of Ethnographic Theory**. v. 2, n. 1, p. 501-517, 2012.

RAMEH, L. M. **A nossa vida é um carnaval: hospitalidade, hostilidade e inospitalidade nos festejos carnavalescos do Sítio Histórico de Olinda-PE**. 2021. 229p. Tese (Doutorado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2021.

RAMOS, S.P. Bye Bye Barcelona: imagens e narrativas sobre o Turismo Urbano e a Hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 67-89, 2021.

ROLNIK, R. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SEVERINI, V. F.; VARGAS, H. C. Rediscutindo hospitalidade urbana na Lei de Zoneamento de São Paulo de 2016. **Revista Hospitalidade**, v. 14, n. 2, ago. 2017.

SEVERINI, V. F. Atributos espaciais de hospitalidade urbana. In: VARGAS, H. C.; PAIVA, R. (Orgs.). **Turismo, arquitetura e cidade**. Barueri, SP: Manole, 2016. p. 257285.

SEVERINI, V. F. Hospitalidade urbana: ampliando o conceito. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 3, n.2, p. 84-99, 2013.

SOARES OLIVEIRA, J. L.; DA SILVA NEVES, C. C.; PANOSSO NETTO, A.; FERRAZ SEVERINI, V. Turismofobia em Barcelona: um tema (que era?) emergente. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 9, n. 3, p. 325-342, 22 set. 2021.

TOMILLO NOGUERO, F. **A Hospitalidade na Bíblia e nas Grandes Religiões**. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VILLAÇA, F. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 2011.